

DAVID HUME (1711-1776) – GESTÃO DO CONHECIMENTO NUMA PERSPECTIVA EMPIRISTA E CRÍTICA



Ricardo Vélez Rodríguez

Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”, da UFJF.

Rive2001@gmail.com

Um pensador de bem com a vida e de mal com aqueles que a negam. Esse seria o perfil prático de David Hume, que suscitou – e ainda desperta – iradas respostas daqueles que não concordam com ele. Considero Hume um disciplinador da filosofia, no que tange à crítica a todos os dogmatismos, bem como no relacionado à formulação da perspectiva crítica ou transcendental, que passou a balizar, doravante, o conhecimento científico, num contexto de abertura à verificação das teorias. Desenvolverei dois itens: em primeiro lugar, aspectos histórico e biográfico da obra de Hume; em segundo lugar, aspectos essenciais da sua teoria do conhecimento.

I – Aspectos histórico e biográfico da obra de Hume.

O nosso pensador nasceu em 7 de maio de 1711 em Edimburgo, na Escócia, no seio de uma família da pequena nobreza, com escassas posses. Em 1723 ingressou na Universidade da cidade natal, onde estudou humanidades (embora os seus familiares quisessem que estudasse direito), tendo-se familiarizado com os autores antigos, notadamente Virgílio (70-19 a. C.) e Cícero (106-43 a. C.), e com as filosofias do ciclo helenístico, especialmente o estoicismo e o epicurismo. A fim de conquistar a independência econômica e poder se dedicar aos estudos filosóficos, David passou a trabalhar, inicialmente, numa companhia exportadora inglesa. A experiência comercial, entretanto, foi curta. O seu pendor natural era para os estudos literários e humanísticos. O nosso autor decidiu então, sem pestanejar, organizar a sua vida de maneira frugal, a fim de ter a independência necessária para se dedicar aos estudos.



O filósofo David Hume

Em 1734, o nosso pensador, motivado pela curiosidade intelectual, viajou para a França e passou uma temporada em Reims e depois em La Flèche (região de Anjou), a cidadezinha onde ficava o famoso colégio dos jesuítas que foi freqüentado por René Descartes (1596-1650), de cuja metafísica se distanciou, pois buscava compreender o conhecimento humano e demais atividades do espírito num contexto científico. Estudou a obra de pensadores variados, desde os empiristas ingleses, notadamente John Locke (1632-1704) e George Berkeley (1685-1753), passando pelos filósofos franceses de tendência espiritualista como Nicolas Malebranche (1638-1715), ecléticos do tipo de Jean-Baptiste Dubos (1670-1742) e pensadores sistemáticos abertos ao estudo da filosofia numa perspectiva histórica, como era o caso de Pierre Bayle (1647-1706). O *Dicionário histórico e crítico*¹ (1692) deste autor exerceu influência especial em Hume, em decorrência da perspectiva diacrônica apontada, mas também pela abrangência da obra, que abarcava tanto pensadores continentais europeus, quanto os autores britânicos, num contexto de tolerância religiosa. Outros autores estudados pelo nosso pensador foram os moralistas e estudiosos do fenômeno religioso como Samuel Clarke (1675-1729), Joseph Butler (1692-1752), Francis Hutcheson (1694-1746), etc. O jovem David interessou-se, também, pelo estudo das ciências, tendo aprofundado na leitura da obra de sir Isaac Newton (1643-1727), *Princípios matemáticos de filosofia natural*². Na teoria do conhecimento, entendida por Hume como uma nova revolução científica semelhante à efetivada pelo grande físico e astrônomo inglês, encontraremos, sem dúvida, repercussões destas leituras. Tamanho esforço intelectual que o levou a mergulhar em autores os mais variados terminou comprometendo a saúde do jovem pensador.

Durante a sua permanência na França, o pesquisador dedicou-se a buscar os lineamentos de uma “ciência do homem” que constituísse um “novo horizonte” experimental para o estudo do espírito. De regresso à Inglaterra publicou, em 1739, o seu *Tratado sobre a natureza humana*³. Devido às críticas que Hume fez aos dogmáticos que pretendiam dominar os outros foi reprovado, em 1744, ao tentar obter a cátedra de filosofia moral na Universidade de Edimburgo. Em 1745 e por espaço de um ano foi preceptor do Marquês de Annabale. Por essa época Hume travou amizade com Adam Smith (1723-

¹ Cf. BAYLE, Pierre. *Projet et fragments d'un dictionnaire critique*. Genève: Slatkine Reprints, 2012. Do mesmo autor, *Les fondements philosophiques de la tolérance (en France et en Angleterre au XVIIe siècle)*, Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

² NEWTON, Isaac. *Principia – Princípios matemáticos de Filosofia Natural*. (Tradução de T. Ricci, L. G. Brunet, S. T. Gehring e M. H. C. Célia), São Paulo: Nova Stella /Edusp 1990, 2 vol.

³ HUME, David. *Sumário do Tratado da Natureza Humana*. (Tradução, introdução e notas de Anoar Aiex). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

1790). Influenciado por ele, passou a se preocupar com os fundamentos morais da atividade econômica. Traços dessa preocupação encontramos na sua obra intitulada: *Uma investigação sobre os princípios da moral*⁴. Em 1746, o nosso pensador participou de uma fracassada missão militar na França, como secretário-geral do general escocês James Saint-Clair (1688-1762). Em 1747, Hume acompanhou este general em missão diplomática perante as cortes de Viena e Turim e publicou, na Inglaterra, em 1748, a sua *Investigação sobre o entendimento humano*⁵, completando o *Tratado* de 1739.

Em 1751, Hume foi reprovado na tentativa de virar professor universitário, dessa vez na cátedra de Lógica, na Universidade de Glasgow. A conservadora burocracia universitária não aceitava, de bom grau, os questionamentos do pensador em face da falta de tolerância e dos preconceitos filosóficos. Em que pese este fracasso, o nosso autor não perdeu a alegria de viver e passou a buscar outras atividades profissionais, com as quais pudesse subvencionar o seu modesto padrão de vida. No ano seguinte, tornou-se Conservador da Biblioteca dos Advogados de Edimburgo, graças à influência do amigo Adam Smith, que ocupava o cargo de reitor da Universidade. Como bibliotecário, o pensador documentou-se fartamente para a escrita dos quatro volumes da *História da Inglaterra*⁶. No ano de 1763, passou a residir em Paris, como Secretário da Embaixada Inglesa, e fez amizade com o enciclopedista D'Alembert (1727-1783), tendo retornado a Londres em 1766, ano em que recebeu, na sua casa, o amigo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que se dizia vítima de perseguições na França; no entanto, as constantes diatribes do filósofo genebrino fizeram com que a amizade que os unia entrasse em colapso. Em 1769 o nosso pensador regressou a Edimburgo, tendo-se dedicado a revisar os seus escritos para nova publicação. Faleceu no dia 25 de agosto de 1776, meses depois de ter composto a sua *Vida de David Hume, escrita por ele mesmo*⁷.

Testemunho do espírito jovial do pensador foi dado pelo seu amigo Adam Smith, em carta que endereçou ao escritor e crítico William Strahan (1715-1785). Estas são as palavras do autor de *A riqueza das Nações*: “Com grande prazer, embora também com imensa melancolia, tomo a pena para dar a você um breve informe da conduta do nosso excelente amigo, o senhor Hume, durante a sua última doença. Embora, a seu ver, o mal que o afetava fosse mortal e incurável, cumprindo a vontade dos seus amigos empreendeu uma longa viagem, a fim de ver que efeitos positivos poderia isso lhe trazer... Já de regresso em Edimburgo, encontrou-se muito mais debilitado; mas o seu bom humor não diminuiu e continuou a se distrair como de costume, corrigindo as suas obras para uma nova edição, ou lendo livros de passatempo, ou conversando com os seus amigos. Algumas vezes, ao cair da tarde, jogava uma partida de *whist*⁸, o seu jogo predileto. O seu bom humor era tal, e as

⁴ HUME, David. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. (Tradução e prefácio de José Oscar de Almeida Marques). Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

⁵ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. 1ª edição. (Tradução de Leonel Vallandro. Notas e estudo introdutório de João Paulo Monteiro). São Paulo: Abril Cultural, 1973, coleção “Os Pensadores”.

⁶ HUME, David. *Historia de Inglaterra desde la Invasión de Julio César hasta el fin del reinado de Jacobo II (1689)*. (Tradução ao espanhol a cargo de Eugenio de Ochoa). Barcelona: Francisco Oliva, 1844, 4 vol.

⁷ HUME, David. *Mi vida. Cartas de um Caballero a su amigo de Edimburgo*. (Tradução ao espanhol de C. Mellizo). Madrid: Alianza Editorial, 1985.

⁸ Popular jogo de mesa inglês, muito comum nos séculos XVIII e XIX.

suas conversações e entretenimentos pareciam-se tanto com o que era costumeiro nele que, apesar de todos os maus sintomas, muitos não podiam acreditar que estivesse morrendo (...)”⁹.

Estas são as principais obras de David Hume: *Tratado sobre a natureza humana* (edição parcial, 1739; edição completa, publicada em 1748, com o título de: *Investigação sobre o entendimento humano*); *Ensaaios morais e políticos* (1741); *Investigação sobre os princípios da moral* (1751); *Discursos políticos* (1752); *História da Inglaterra* – 4 volumes (1754); *Quatro dissertações* (1757); *Vida e obra de David Hume, escrita por ele mesmo* (1776). Vale a pena destacar que todas as obras de David Hume foram colocadas no *Index Librorum Prohibitorum* (*Índice dos Livros Proibidos*) da Igreja Católica, em 1761.

II - Aspectos essenciais da teoria do conhecimento de David Hume.

Em treze pontos podem ser sintetizados esses aspectos:

1 – Existem, segundo Hume, duas formas de abordagem da Filosofia Ocidental: vivencial e prática e intelectualista e abstrata. A primeira, denominada de “filosofia prática”, tem maior sucesso na opinião pública, pelo fato de estar ligada à vida cotidiana dos homens. A segunda, denominada de “filosofia abstrusa”, tem maior sucesso entre os intelectuais, acostumados ao rigor da lógica. Mas esta última é uma modalidade de filosofia desligada da vida cotidiana dos homens.

O filósofo escocês arrolava entre os enganadores profissionais aqueles que utilizavam a “filosofia abstrusa” para exercer o poder entre os seus semelhantes. Esses enganadores são, basicamente, os padres e os médicos. Os primeiros, porque nos ameaçam com a condenação eterna e nos vendem a salvação. Os segundos, porque nos ameaçam com a doença e a morte e nos vendem a cura. David Hume situa-se, assim, entre os pensadores modernos que retomam a velha temática de epicuristas e estóicos, acerca da busca da paz interior, ameaçada pelos vendedores de bugigangas metafísicas. Lembremos que o primeiro passo, para os seguidores dessas duas correntes helenísticas, consistia em esconjurar os temores que nos paralisam, o temor à doença e à morte e o temor à desgraça eterna, mediante a conquista da *αταραξία* ou paz interior.

Eis o teor da crítica implacável de Hume aos que seguem as abstrações metafísicas (chamados de “salteadores” que enganam os desavisados, mediante a exploração dos “temores e preconceitos religiosos”): “No entanto, objeta-se que essa obscuridade da filosofia profunda e abstrata não só é penosa e fatigante, mas também uma fonte inevitável de incerteza e erro. Nisto reside, com efeito, a mais plausível e justa objeção contra uma parte considerável da metafísica: a de que ela não é propriamente uma ciência, mas, ou decorre dos infrutíferos esforços da vaidade humana que pretende penetrar à força em assuntos completamente inacessíveis ao nosso entendimento, ou dos ardis das superstições populares, que, incapazes de defender-se em luta leal, levantam essas barreiras para enredar

⁹ SMITH, Adam. “Carta a William Strahan”, in: Carlos MELLIZO, “La muerte de David Hume”, apud David HUME, *Mi vida – Cartas de un Caballero a su amigo de Edimburgo*, edição e tradução a cargo de Carlos Mellizo, Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 69.

o adversário e cobrir e proteger a sua própria fraqueza. Expulsos do campo aberto, esses salteadores refugiam-se na floresta e procuram tomar de surpresa todas as vias de acesso desprotegidas do intelecto e apoderar-se delas com o socorro dos temores e preconceitos religiosos. O mais valente antagonista, se se descuida um momento, é levado de vencida. E muitos, por covardia ou insensatez, abrem as portas aos inimigos e os recebem com reverência e submissão, como seus soberanos legítimos”¹⁰.

2 – Termo meio almejado por Hume: uma “Geografia Moral”, ou Filosofia que, partindo da vida, teorize em função dela, não para negá-la como faz a “filosofia abstrusa”, mas para estar a serviço dela. Essa “Geografia Moral” teria os aspectos positivos da “filosofia prática” (comprometimento com a vida cotidiana) e da “filosofia abstrusa” (respeito à lógica), sem, no entanto, partilhar dos defeitos dessas duas formas de pensamento, a saber: menosprezo pela lógica (“filosofia prática”) e distanciamento da vida prática (“filosofia abstrusa”).

A respeito, o filósofo escreve: “(...) Supõe-se que o tipo mais perfeito encontre-se no meio caminho entre esses dois extremos, dando provas de igual capacidade e gosto pelos livros, pela sociedade e pelos negócios; mostrando na conversa esse discernimento e delicadeza que decorrem das belas-lettras; e, nos negócios, essa probidade e exatidão que são o resultado natural de uma justa filosofia. Para difundir e cultivar um caráter dotado de tantas perfeições, nada pode ser mais útil do que as composições na maneira e estilo fácil, que não esmiúcem por demais a vida, não exijam excessiva aplicação e isolamento para serem compreendidas, e façam voltar o estudante para o meio dos homens cheio de sentimentos nobres e sábios preceitos, aplicáveis a todas as contingências da vida humana. Essas obras têm o dom de tornar a virtude amável, a ciência agradável, a companhia instrutiva e a solidão interessante”¹¹.

3 – Método da “Geografia Moral” proposta: delineamento das diferentes partes e poderes do intelecto, a partir de um processo de reflexão (volta do homem sobre si mesmo), à maneira de Sócrates, dos estoícos, dos epicuristas e de Descartes. A reflexão (denominada por Hume de “raciocínio exato e justo”) não nos coloca diante de um objeto inapreensível e impossível de descrever objetivamente. É possível, sim, embora com dificuldade, tecermos um quadro objetivo do que encontramos na nossa experiência interna, de forma que possamos discutir, com objetividade, todos os elementos que integram essa realidade. Esse uso da razão, de forma objetiva e crítica, é condição de libertação interior e de paz espiritual, pois permite ao homem se ver livre das “idéias falsas e adulteradas” propostas pelos enganadores.

Em relação à posta em prática de tal método de observação interna (“raciocínio exato e justo”), frisa o pensador: “O único meio de libertar a instrução uma vez por todas dessas questões abstrusas é investigar seriamente a natureza do entendimento humano e mostrar, mediante uma análise exata de seus poderes e capacidade, que ele não se ajusta de modo algum a assuntos tão abstrusos e remotos. Devemos submeter-nos a essa fadiga a fim de vivermos tranquilos daí em diante, e cultivar a metafísica com algum zelo para destruir

¹⁰ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. Ob. cit., p. 131.

¹¹ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. Ob. cit., p. 130.

as idéias falsas e adulteradas. A indolência que, para algumas pessoas, oferece uma salvaguarda contra essa filosofia enganosa, é, em outras, sobrepujada pela curiosidade; e o desespero que prevalece em certos momentos deve ceder o lugar a esperanças e expectativas mais risonhas. O raciocínio exato e justo é o único remédio universal, apropriado a todas as pessoas e a todas as disposições; e só ele pode subverter essa filosofia abstrusa e esse jargão metafísico que, misturado à superstição popular, a torna de certo modo impenetrável aos raciocinadores incautos e lhe dá um ar de ciência e de sabedoria”¹².

4 – Caráter difícil dos estudos sobre o entendimento humano. O estudo das molas secretas que condicionam a atividade do espírito humano não é fácil. Trata-se de objetos espirituais, não mensuráveis, e daí decorre a dificuldade na análise e na descrição dessas realidades.

A respeito dessa difícil tarefa, escreve Hume: “(...) No tocante às operações a mente, é estranho observar que, apesar de nos serem tão íntimas, sempre que se tornam objeto de reflexão parecem envoltas em obscuridade; e não é fácil encontrar as linhas e fronteiras que as separam e distinguem. Os objetos são demasiadamente sutis para manterem durante muito tempo o mesmo aspecto e situação; e devem ser apreendidos num rápido instante, por uma penetração superior derivada da natureza e aperfeiçoada pelo hábito e pela reflexão. E, assim, vem a ser uma parte não insignificante da ciência conhecer simplesmente as diversas operações do intelecto, separá-las umas das outras, classificá-las nas categorias apropriadas e corrigir toda essa desordem aparente que as envolve quando as tomamos como objeto de reflexão e pesquisa. Essa tarefa de ordenar e distinguir, que nenhum mérito tem quando se volta para os objetos exteriores, os objetos dos nossos sentidos, cresce de valor quando se dirige para as operações do intelecto, em proporção com a dificuldade e o trabalho que nos impõe. E, se não pudermos ir além dessa geografia moral ou delineação das distintas partes e poderes do intelecto, será pelo menos uma satisfação ir até aí: quanto mais óbvia essa ciência possa parecer (o que em absoluto não é), mais desprezível será estimada a sua ignorância em todos os pretendentes à instrução e à filosofia”¹³.

Hume parte para uma aventura difícil, já tentada por Descartes: a viagem ao interior de si mesmo, a fim de desvendar as molas secretas do conhecimento. Ora, escapava ao nosso autor (como, aliás, também a Descartes), que Aristóteles (384-322 a. C.) já tinha assinalado um caminho seguro para essa tarefa intelectual: como a linguagem é a roupagem do pensamento, a melhor forma de pesquisar as molas secretas deste consiste em estudar as estruturas da linguagem no juízo, que revelam arquitetura profunda da mente humana. Esse caminho só seria redescoberto, um pouco depois de Hume, por um conhecedor da filosofia aristotélica, Immanuel Kant (1724-1804).

5 – Paralelo entre a “Geografia Moral” proposta por Hume e a “Filosofia da Natureza” sistematizada por Newton: assim como este cientista determinou as leis e as forças que governam as revoluções dos planetas, sucesso igual pode haver em nossas pesquisas sobre as faculdades e a economia mental. Em face dessa tarefa difícil, de

¹² HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. Ob cit., p. 132.

¹³ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 132.

identificar as molas secretas que natureza colocou no nosso espírito para exercer as funções cognitivas e volitivas, Hume foge do extremo cético. Considera, pelo contrário, que é possível conhecer essa estrutura. É viável, sim, nessa árdua tarefa, distinguir o verdadeiro do falso. Conhecedor do sistema newtoniano que fundamentou a mecânica celeste ao redor do princípio da gravitação universal, o nosso pensador considerava que poderia ser possível efetivar uma sistematização semelhante no que tange ao conhecimento. Ou seja: a revolução copernicana, culminada com Newton, prenuncia que é bem possível se chegar a uma outra revolução copernicana, no terreno do conhecimento.

A propósito da superação do ceticismo, bem como da proposta de uma nova ciência do conhecimento, afirma: “Tampouco poderá restar qualquer suspeita de que essa ciência seja incerta e quimérica, a menos que alberguemos um ceticismo tão extremo ao ponto de subverter toda especulação e mesmo toda ação. Não se pode duvidar de que a mente seja dotada de vários poderes e faculdades, de que esses poderes sejam distintos uns dos outros, e o que realmente se apresenta como distinto à percepção imediata deve ser distinguido pela reflexão: e, por conseguinte, de que há uma verdade e uma falsidade em todas as proposições relativas a este assunto, e uma verdade e uma falsidade que não são inacessíveis ao entendimento humano. Há muitas distinções óbvias desta espécie, como por exemplo, as que fazemos entre a vontade e o entendimento, entre a imaginação e as paixões, que toda criatura humana pode compreender; e as distinções mais filosóficas não são menos reais e certas, embora mais difíceis de apreender. Alguns exemplos de sucesso nessas investigações, em especial dentre os mais recentes, podem dar-nos uma idéia mais justa da certeza e solidez deste ramo de estudo. E reputaremos digno dos esforços de um filósofo dar-nos um sistema verdadeiro dos planetas e ajustar a posição e a ordem desses corpos longínquos, ao mesmo tempo que afetamos desdenhar aqueles que com tanto êxito delineiam as partes da mente, que nos tocam tão de perto?”¹⁴

Continua o pensador destacando a possibilidade de uma ciência do espírito, paralela à filosofia da natureza que possibilitou o desvendamento dos segredos do cosmo: “(...) Por muito tempo os astrônomos se haviam contentado em provar, com base nos fenômenos, os verdadeiros movimentos, ordem e grandeza dos corpos celestes; até que por fim surgiu um filósofo que parece, elo mais feliz dos raciocínios, ter também determinado as leis que governam e dirigem as revoluções dos planetas. Um trabalho semelhante foi realizado no que diz respeito a outras partes da natureza. E não há motivo para desesperarmos de um sucesso igual em nossas pesquisas sobre as faculdades e a economia mental, se as realizarmos com a mesma proficiência e a mesma cautela. É provável que as operações e princípios da mente dependam uns dos outros e que, por outro lado, possam resolver-se num princípio mais geral e mais universal; e, antes, ou quem sabe se mesmo depois de uma tentativa cuidadosa, nos será difícil determinar até que ponto podem ser conduzidas essas investigações. É certo que tentativas dessa espécie são feitas todos os dias, mesmo por aqueles que filosofam com mais negligência. E nada pode ser mais necessário do que empreender a tarefa com meticuloso cuidado e atenção, a fim de que, se isso está ao alcance do entendimento humano, possa ser finalmente levado a um feliz acabamento; e, se não, possa ser rejeitado com algum grau de certeza e de confiança. Esta última conclusão não é, sem dúvida desejável, nem deveria ser adotada com excessiva precipitação. (...) A renúncia

¹⁴ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 132-133.

a todas as pretensões dessa espécie pareceria com justiça mais temerária, mais precipitada e dogmática do que a mais audaciosa e afirmativa das filosofias que já tentaram impor os seus crus ditames e princípios à humanidade. Dirão, talvez, que esses raciocínios sobre a natureza humana parecem abstratos e de difícil compreensão; mas isso não quer dizer que sejam falsos. Pelo contrário, não é muito provável que aquilo que até hoje escapou a tantos filósofos sábios e profundos seja muito fácil e evidente. E, por mais trabalho que nos custem essas pesquisas, podemos considerar-nos suficientemente recompensados, não só no que tange ao proveito, mas também ao prazer se, por esse meio, tivermos aumentado o nosso cabedal de conhecimentos em assuntos de tão magna importância”¹⁵.

Este será, certamente, o ponto da filosofia de Hume que inspirou a Immanuel Kant, para abandonar o seu “sonho dogmático” e iniciar a magna tarefa de escrever a *Crítica da razão pura*¹⁶.

6 – Valorização das percepções sensoriais e das impressões internas como ponto de partida do processo cognitivo, que se reduz à simples faculdade de combinar, transpor, aumentar ou diminuir os materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência. Há, no sentir de Hume, uma considerável diferença entre as percepções da mente na sensação e na lembrança da sensação. As primeiras são mais fortes do que as segundas e constituem o ponto de partida do conhecimento.

A respeito frisa o nosso autor: “Todos admitirão sem hesitar que existe uma considerável diferença entre as percepções da mente quando o homem sente a dor de um calor excessivo ou o prazer de um ar moderadamente tépido e quando relembra mais tarde essa sensação ou a antecipa pela imaginação. (...) Quando refletimos sobre os nossos sentimentos e afeições passados, o nosso pensamento é um espelho fiel e copia com exatidão os objetos; mas as cores que emprega são opacas e esmaecidas em comparação com as de que se revestiam as nossas percepções originais. Não se faz mister um discernimento sutil nem uma cabeça metafísica para marcar a distinção entre eles”¹⁷.

Temos, frisa o filósofo, duas classes de percepções: as mais fortes, constituídas pelas impressões (internas e externas) e as menos fortes, identificadas com os pensamentos ou idéias. Estas últimas são cópias das primeiras. Conclui Hume: “(...) Em resumo, todos os materiais do pensamento derivam da sensação interna ou externa; só a mistura e composição destas dependem da mente e da vontade. Ou, para expressar-me em linguagem filosófica, todas as nossas idéias ou percepções mais fracas são cópias de nossas impressões ou percepções mais vivas”¹⁸.

Embora a capacidade da nossa mente pareça infinita, em decorrência do fato de que podemos imaginar mil e mais coisas, no entanto, trata-se de uma faculdade limitada aos materiais com os quais trabalha: impressões, das quais são extraídos, por abstração, os

¹⁵ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit. p. 133.

¹⁶ Cf. CASSIRER, Ernst. *Kant, vida y doctrina*. (Tradução ao espanhol de Wenceslao Roces). México: Fondo de Cultura Económica, 1978, p. 105 seg.

¹⁷ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 134.

¹⁸ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 135.

pensamentos ou idéias. No seguinte texto, o pensador escocês antecipa a concepção kantiana da razão como “faculdade ordenadora do real”. Eis as palavras de Hume: “À primeira vista, frisa o filósofo, nada parece mais ilimitado do que o pensamento humano, que não só escapa a todo poder e autoridade humana, mas não se restringe sequer aos limites da natureza e da realidade. (...) Mas, embora o nosso pensamento pareça possuir essa liberdade ilimitada, examinando o assunto mais de perto, vemos que em realidade ele se acha encerrado dentro de limites muito estreitos e que todo o poder criador da mente se reduz à simples faculdade de combinar, transpor, aumentar ou diminuir os materiais fornecidos pelos sentidos e pela experiência”¹⁹.

7 – Fenômeno paradoxal da mente humana. : as nossas idéias simples não derivam sempre das correspondentes impressões (fenômeno do “fecho” ou da “generalização psicológica”, por exemplo, no caso da apreensão de matizes nas cores). Esse fato revelaria a capacidade criativa da razão humana, a partir dos dados da experiência. A respeito, escreve o pensador escocês: “Há, porém, um fenômeno contraditório que talvez prove não ser de todo impossível que uma idéia surja sem a correspondente impressão. Todos hão de admitir, penso eu, que as distintas idéias de cor que penetram pelos olhos, ou as de som, que são transmitidas pelo ouvido, diferem realmente uma das outras, embora sejam ao mesmo tempo semelhantes. Ora, se isto é verdadeiro das diferentes cores, não o deve ser menos dos diferentes matizes da mesma cor; e cada matiz produz uma idéia distinta, independente do resto. Porque, se isto for negado, seria possível, por uma gradação contínua de matizes, juntar insensivelmente uma cor a outra a mil léguas dela; e, se não admitirmos que cada um dos matizes intermediários é diferente, não poderemos, sem absurdo, negar que os extremos sejam idênticos. Suponha-se, por exemplo, uma pessoa que tenha desfrutado seu sentido de visão durante trinta anos, adquirindo uma perfeita familiaridade com toda espécie de cores, salvo um determinado matiz de azul, menos esse, em ordem gradualmente descendente do mais carregado ao mais claro; é evidente que ele perceberá um vazio no lugar onde falta esse matiz e sentirá uma distância maior entre as cores contíguas nesse lugar do que em todos os outros. Pergunto agora se lhe será possível suprir essa falha com a sua imaginação e formar por si mesmo a idéia desse matiz particular, embora nunca lhe tenha sido apresentado pelos sentidos. Creio que poucos negarão essa possibilidade; e isso servirá talvez como prova de que as idéias simples não derivam sempre e em todos os casos das correspondentes impressões; se bem que este exemplo seja tão singular, que mal merece nos detenharmos nele e alteremos, por sua causa, o nosso princípio geral”²⁰.

8 – Princípio da referência da idéia à impressão: se não soubermos, em determinado momento, qual é o verdadeiro significado de um conceito, bastará com que o refiramos à impressão de onde proveio. A propósito, o filósofo escreve: “Temos, aqui, pois, uma proposição que não só aparece simples e inteligível em si mesma, mas, se dela fizéssemos o uso adequado, poderia tornar igualmente inteligíveis todas as disputas e eliminar todo esse jargão que por tanto tempo dominou os nossos raciocínios metafísicos e os tornou inaceitáveis. Todas as idéias, especialmente as abstratas, são naturalmente fracas e obscuras: a mente não as retém senão por um tenuíssimo fio; estão sujeitas a ser

¹⁹ HUME, David, *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 134.

²⁰ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 135-136.

confundidas com outras idéias semelhantes; e, depois de usar muitas vezes um termo qualquer, embora sem significado claro, inclinamo-nos a supor que ele corresponda a uma idéia determinada. Por outro lado, todas as impressões, isto é, sensações, sejam elas exteriores ou interiores, são fortes e vívidas; os limites entre elas são os mais nítidos possíveis, e não é fácil errar ou enganar-se a seu respeito. Quando suspeitarmos, portanto, que um termo filosófico seja empregado sem qualquer significação ou idéia, bastará perguntar: *De que impressão deriva essa suposta idéia?* E, se for impossível casá-la com uma impressão qualquer, isso servirá para confirmar a nossa suspeita. Colocando as idéias sob uma luz tão clara, temos boas razões para nutrir a esperança de remover todas as disputas que possam surgir a respeito de sua natureza e realidade”²¹.

9 – Princípio de conexão entre as idéias: há, na nossa mente, um princípio de conexão entre as diferentes idéias que sucedem umas às outras. Este ponto ficará muito mais claro em Kant, que partirá da análise da linguagem no juízo, seguindo a trilha aberta por Aristóteles nos seus *Tópicos*. O mestre alemão mostrará que a conexão entre as nossas idéias se realiza quando afirmamos ou negamos algo de algo. Neste ponto, Hume parece ter se distanciado dos ensinamentos de Locke, que valorizava a classificação dos nossos conhecimentos a partir dos juízos. O pensador escocês achava, apenas, que se trata de um princípio evidente, testemunhado pela experiência humana em todas as civilizações.

A propósito, afirmava: “É evidente que existe um princípio de conexão entre os diversos pensamentos ou idéias do intelecto e que, ao se apresentarem à memória ou à imaginação, são introduzidos uns pelos outros com certo grau de método e regularidade. Em nosso pensamento ou raciocínio mais sério isso é tão visível que toda idéia particular que venha interromper a cadeia ou seqüência regular de idéias é imediatamente descoberta e rejeitada. E mesmo em nossos devaneios mais doidos e extravagantes, em nossos próprios sonhos, a análise nos mostrará que a imaginação não procede inteiramente ao acaso, mas há sempre uma conexão entre as diferentes idéias que sucedem umas às outras. Se nos déssemos ao trabalho de transcrever a mais livre e descosida das conversas, observaríamos imediatamente que havia um elo qualquer a ligá-la em todas as suas transições. E, se tal elo faltasse, a pessoa que rompeu o fio do discurso poderia informar-nos de que uma sucessão de idéias se desenvolvera em segredo na sua mente, afastando-a pouco a pouco do assunto da conversa. Entre diferentes línguas, mesmo quando não se pode suspeitar da menor conexão ou comunhão entre elas, observa-se que as palavras que expressam as idéias mais complexas correspondem, sem embargo, aproximadamente umas às outras: prova concludente de que as idéias simples compreendidas nas idéias mais complexas foram ligadas por algum princípio universal cuja ação abrange por igual toda a humanidade”²².

10 – Existência, em todos os seres humanos, de um mecanismo universal que se manifesta na existência de três princípios de conexão entre as idéias, a saber: a semelhança, a contigüidade de tempo ou lugar, e a causalidade. Esse princípio é postulado pela presença, na nossa mente, de idéias simples compreendidas nas idéias mais complexas.

²¹ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 136.

²² HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 136-137.

A propósito, Hume escreve, destacando o caráter inédito da sua pesquisa, bem como a feição exaustiva da dedução dos três princípios de associação por ele postulados: “Embora o fato de as diferentes idéias se ligarem umas às outras seja demasiado evidente para ter escapado à observação, não vejo que algum filósofo tenha procurado enumerar ou classificar os princípios de associação. Ora, este é um assunto que bem parece merecer um pouco de atenção. Quanto a mim, creio existirem apenas três princípios de conexão entre as idéias, a saber: a *semelhança*, a *contigüidade* de tempo ou lugar, e a *causa* ou *efeito*. Ninguém, acredito eu, terá muita dúvida de que estes princípios sirvam para ligar idéias. Uma pintura conduz naturalmente os nossos pensamentos para o original; a menção de um aposento numa casa desperta naturalmente uma pergunta ou um comentário a respeito dos outros; e, se pensarmos num ferimento, dificilmente poderemos furtar-nos à idéia da dor que o acompanha. Mas talvez não seja fácil provar para satisfação do leitor ou mesmo de nós próprios que a enumeração é completa e não existem outros princípios de associação além destes. Tudo que se pode fazer em tais casos é examinar uma série de exemplos e observar cuidadosamente o princípio que liga os diversos pensamentos uns com os outros, sem nos determos enquanto não tenhamos tornado o princípio tão geral quanto possível. Quanto mais exemplos examinarmos e quanto mais cuidadosos formos no exame, mais seguros ficaremos de que a enumeração daí deduzida é inteira e completa”²³.

11 – Esse mecanismo universal de união entre as idéias está enraizado na nossa natureza, como uma espécie de instinto a-priori (de ordem psicológica), que tem como finalidade a preservação da vida. Os princípios que comandam o mecanismo mencionado são, como vimos, estes: *de semelhança, de proximidade (ou contigüidade) e de causalidade*. A razão humana, no contexto desta concepção, age a partir dos dados hauridos da experiência. Nisso consiste a sua grandeza e a sua limitação.

Não temos acesso, considerava Hume, à essência das coisas em si mesmas. A natureza, como diriam os pré-socráticos, gosta de se esconder. Unicamente temos acesso aos fenômenos. Mas as nossas mentes estão constituídas pela natureza de tal forma que os princípios, a partir dos quais organizamos os dados da experiência, valem para todos nós. Nós, seres humanos, entendemo-nos porque a nossa razão está configurada de forma semelhante. Diríamos hoje, falando em linguajar cibernético, que apreendemos a verdade por *consenso*, graças a que estamos dotados do mesmo *software*. Anomalias podem acontecer (nos loucos, por exemplo, aos quais não falta a lógica, mas a formatação do seu *software* é diferente da dos seus semelhantes). Este é o ponto fundamental da visão gnosiológica de David Hume e constituiu, como ele próprio reconhecia, uma autêntica “revolução copernicana” no terreno do conhecimento. Efetivamente, os objetos, ao redor dos quais anteriormente girava o conhecimento, foram deixados de lado como fonte da formatação do mesmo, contando, deles, apenas a apreensão fenomênica dada pelos nossos

²³ HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*, ob. cit., p. 137. Embora convicto de que a enumeração de princípios de associação de idéias é exaustiva, o filósofo escocês, ao nosso entender, não supera o terreno da pesquisa psicológica, não tendo conseguido entrar na seara de uma ontologia do conhecimento, como fará Kant na *Crítica da Razão Pura*. Daí por que o argumento que confirma a exaustividade da enumeração proposta termine sempre chegando ao mesmo desenlace: a confirmação, *pela experiência psicológica*, da validade da hipótese levantada. Mas convenhamos que Hume deu um passo essencial rumo à formulação da perspectiva transcendental, ao sustentar que a nossa mente possui mecanismos *anteriores à experiência*, de acordo com os quais organiza os dados hauridos desta.

sentidos. Mas o conhecimento passou a girar formalmente em torno à estrutura psicológica do sujeito, dotado de um a-priori que permite a todos os seres humanos pôr ordem nos dados da experiência. Foi a formulação da *perspectiva transcendental*, concebida por Hume nos termos em que acaba de ser resumida, que tirou Immanuel Kant do seu “sonho dogmático”, como o filósofo de Königsberg denominava a perspectiva metafísica (transcendente) em que, ao longo de muitos anos, ele mergulhara. Elogio sem par saído da boca do mais importante formulador da nova filosofia crítica.

BIBLIOGRAFIA

BAYLE, Pierre. *Projet et fragments d'un dictionnaire critique*. Genève: Slatkine Reprints, 2012. Do mesmo autor, *Les fondements philosophiques de la tolérance (en France et en Angleterre au XVIIe siècle)*, Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

CASSIRER, Ernst. *Kant, vida y doctrina*. (Tradução ao espanhol de Wenceslao Roces). México: Fondo de Cultura Económica, 1978.

ÉPICURE. *Lettre sur le bonheur*. Paris: Éditions Mille et Une Nuits, 1993.

HUME, David. *An Enquiry Concerning the Principles of Morals*. (Edição e introdução a cargo de J. B. Schneewind). Indianápolis – Cambridge: Hackett Publishing Company, 1984.

HUME, David. *Historia de Inglaterra desde la Invasión de Julio César hasta el fin del reinado de Jacobo II (1689)*. (Tradução ao espanhol a cargo de Eugenio de Ochoa). Barcelona: Francisco Oliva, 1844, 4 vol.

HUME, David. *Investigação sobre o entendimento humano*. 1ª edição. (Tradução de Leonel Vallandro. Notas e estudo introdutório de João Paulo Monteiro). São Paulo: Abril Cultural, 1973, coleção “Os Pensadores”.

HUME, David. *Mi vida. Cartas de un Caballero a su amigo de Edimburgo*. (Tradução ao espanhol de C. Mellizo). Madrid: Alianza Editorial, 1985.

HUME, David. *Sumário do Tratado da Natureza Humana*. (Tradução, introdução e notas de Anoar Aiex). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

HUME, David. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. (Tradução e prefácio de José Oscar de Almeida Marques). Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

NEWTON, Isaac. *Principia – Princípios matemáticos de Filosofia Natural*. (Tradução de T. Ricci, L. G. Brunet, S. T. Gehring e M. H. C. Célia), São Paulo: Nova Stella /Edusp 1990, 2 vol.

SMITH, Adam. “Carta a William Strahan”, in: Carlos MELLIZO, “La muerte de David Hume”, apud David HUME, *Mi vida – Cartas de un Caballero a su amigo de Edimburgo*, edição e tradução a cargo de Carlos Mellizo, Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 69-72.